



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**HOTEL GLÓRIA, RIO DE JANEIRO, RJ, 24 DE OUTUBRO DE 2002**

*Meus caros Ministros Pratini de Moraes, da Agricultura; Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Doutor Benedito Fonseca Moreira, Presidente da Associação, a quem agradeço a generosidade das palavras que acaba de proferir; Doutor Giulite Coutinho, Presidente de Honra da Associação; Eduardo Eugênio, Presidente da Firjan; Horácio Lafer Piva, Presidente da Fiesp; Senhores Companheiros de Mesa; Senhoras e Senhores,*

Acho que este encontro ocorre num momento que é muito favorável para o comércio exterior brasileiro. Portanto, eu é que tenho que dar parabéns à Associação dos Exportadores Brasileiros. Não fosse a ação continuada e lúcida de pessoas que se dedicaram e se dedicam nesta Associação a chamar a atenção do Brasil e do próprio Governo para a necessidade imperiosa de avançarmos no caminho e de sermos um país competitivo e exportador, dificilmente teria sido possível fazer o que temos conseguido fazer nesses anos.

Hoje, todos sabemos, é reconhecido - me perdoem o latim, *urbi et orbi*, por um lado e pelo outro, se é que há só dois lados no espectro político brasileiro - que o crescimento da economia tornou-se inseparável do desempenho das exportações. Até há bem pouco tempo, dizer isso podia parecer até mesmo heresia. Havia até mesmo quem achasse uma contradição entre o desenvolvimento das exportações e o crescimento do mercado interno. Hoje, não. Hoje, o Brasil inteiro sabe que é assim.

Lembro-me de que, na cerimônia de posse do Ministro Sérgio Amaral, eu disse que o nosso lema era “Exportar ou Morrer”. Não faltou quem achasse a frase exagerada. Os nossos extraordinários chargistas aproveitaram para fazer charges, também admiráveis, sobre o “Exportar ou Morrer”. Eu desembainhei várias espadas pelo mundo afora, em charges. Mas a verdade é que estamos, hoje, num momento em que podemos dizer que não morremos e que o lema é outro, é “Exportar para Crescer”. De modo que valeu. Valeu a pena o esforço desses anos todos, dos senhores, das senhoras, do Governo, do Ministro Sérgio Amaral, dos Ministros que antecederam o Ministro Sérgio Amaral. Mas devo dizer que o fruto que estamos colhendo neste momento se deve muito ao empenho pessoal do Embaixador Sérgio Amaral, assim como aqui acabou de ser referido, com absoluta correção, que o Ministro Pratini de Moraes é o nosso Pelé na agricultura, nas exportações. Nós temos realmente um grupo de craques aí. Mas só existe um grupo de craques quando há gente apoiando, quando há gente que realmente está torcendo por isso. E, aqui, somos todos torcedores, porque queremos que o Brasil cresça e sabemos que, se não houver um desempenho nas exportações, é muito difícil que haja esse crescimento.

Todos nós estamos vendo, nos últimos meses, um dinamismo muito grande do setor exportador, com resultados que são extremamente expressivos, especialmente por causa das dificuldades externas. Não basta falar da Argentina, porque o comércio com a Argentina caiu fortemente; mesmo no mundo houve uma certa retração do comércio mundial. E, não obstante, nós já estamos prevendo para este ano um superávit de mais de 9 bilhões, na verdade, de 10 bilhões. Nós já tivemos, nos últimos 12 meses, mais de 10 bilhões.

Recordo-me de que, quando o Ministro Sérgio Amaral, numa reunião interna do Governo, falou em 5 bilhões, não faltaram olhares cépticos, senão críticos, para dizer: "Bom, mais um que vem aqui com este papo". Na verdade, não foi assim. Na verdade, houve realmente uma mudança muito grande. Claro, ninguém pode negar que há uma influência do câmbio, que facilita a exportação, mas é muito simplista imaginar que o câmbio seja responsável, ele sozinho, pela exportação. E mais ainda: os que têm mais noção do que seja uma economia moderna e do que seja a economia brasileira sabem que o câmbio também tem efeitos que são perigosos, negativos. E os bons exportadores não querem viver às custas de um subsídio indireto, via câmbio. Eles querem viver às custas daquilo que eles estão fazendo, que é competir, ganhar mercado, aumentar a qualidade, melhorar a produtividade, ter apoio governamental e, claro, uma taxa de câmbio razoável. Mas não queremos que os efeitos eventualmente maléficos da taxa de câmbio sejam os únicos responsáveis pela exportação. Os maléficos são para o custo das importações e são, portanto, para o controle da inflação. Nós não queremos isso, nem os exportadores desejam isso.

Não é verdade que a nossa exportação tenha crescido apenas porque houve uma taxa de câmbio mais favorável. É muito mais complexo este processo. E nós assistimos, nesses últimos anos, a um desenvolvimento muito grande, a avanços muito grandes em termos de produtividade, o que significa, também, consequentemente, a incorporação de inovações tecnológicas, o aprimoramento das técnicas gerenciais e o contínuo aperfeiçoamento da qualificação da mão-de-obra.

Ninguém faz milagre. Não é só na política, é também na economia, é também na sociedade. Tudo requer trabalho, tudo requer persistência, consciência, entender as situações, organizar-se para enfrentar as situações mais difíceis e avançar com firmeza.

É o que está acontecendo no Brasil de hoje: é que nós estamos, efetivamente, aproveitando as oportunidades que o mundo oferece, ainda mesmo em condições adversas, como aquelas às quais acabei de me referir e que são conhecidas. O mundo oferece algumas oportuni-

dades, e os brasileiros têm sido capazes de aproveitar esses nichos do mercado internacional e têm avançado com firmeza.

Acho que os exportadores têm demonstrado que são capazes de fazer precisamente isso. É claro que a presença brasileira crescente gera preocupações e gera aumento, também, de protecionismo. Não só a nossa presença, dos países emergentes em geral. Isso é algo de que nós sabemos. E é por isso que nós temos que ter uma atividade permanente de defesa dos nossos interesses, de negociações comerciais, de manter aberto o acesso aos mercados mais importantes do mundo e de abrir os mercados que nós ainda não conseguimos abrir.

Nós temos assistido, nesses últimos tempos, precisamente a isso. Temos assistido à penetração, ainda inicial, mas já significativa, da exportação brasileira em mercados que antes estavam fechados para o nosso país.

Não é à toa que nós temos nos empenhado, e muito, em negociações complexas, em todos os níveis. Aqui, alguns participaram, diretamente, da Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio, e sabem o esforço que foi feito pelo Brasil para que nós pudéssemos, efetivamente, avançar alguns passos.

Muitas vezes os críticos, como diria o Doutor Benedito Moreira, só vêem o que não avançou e se esquecem de ver o que avançou, o que mudou. E nós vimos que, nas negociações em Doha, a nossa diplomacia e os nossos empresários, juntos, e os nossos homens de Governo, no seu conjunto, tiveram capacidade de tomar decisões que influenciaram o conjunto da Conferência e foram capazes de buscar apoio, ora num lado, ora no outro, porque em matéria de comércio não se tem um único apoio, nem um único inimigo. Têm-se, ao mesmo tempo, apoio e inimigos por todos os lados. E toda política consiste em, a cada momento, saber selecionar para que lado há de esforçar-se, para que se possa avançar cada vez mais.

Nós estamos fazendo o mesmo no plano hemisférico, com a Alca. E ouvindo, com franqueza, muita insensatez sobre a Alca. Muita insensatez, muito desconhecimento.

Talvez alguns dos aqui presentes tenham me acompanhado, quando estive em Quebec, onde falei em nome dos Presidentes do hemisfério, a

respeito da Alca. E disse, com toda a clareza, e não fiz mais do que dar consequência às reuniões de Belo Horizonte e a outras reuniões mais, entre o Brasil e seus aliados. Nós conseguimos criar uma idéia de que nós, na Alca, iríamos discutir tudo simultaneamente e que não haveria avanço de um só setor, em detrimento de outro setor, e que não haveria, portanto, a possibilidade de os países mais poderosos colocarem na tábua de discussão, na mesa de discussão, só aquilo que interessa a eles, senão que nós iríamos discutir o conjunto das matérias. E as decisões só seriam tomadas quando houvesse, realmente, uma possibilidade de um acerto geral.

Eu repeti isso na frente de todos os Presidentes ali presentes e, até mesmo por deferência do Presidente Bush, quem abriu a Conferência fui eu. E disse, com todas as letras, que nós queremos, sim, participar de uma zona de livre-comércio das Américas, que é necessário para nós. Nós precisamos vender os nossos produtos. Mas nós queremos participar sem que sejamos surpreendidos por medidas unilaterais de anti-dumping ou por picos tarifários ou por subsídios que não têm condição de ser razoavelmente sustentados. Essas são as condições de qualquer país que tenha noção da sua importância e, sem arrogância, mas com firmeza, é capaz de colocar, com clareza, sem enganar ninguém, por que está negociando. Nessas condições, a Alca é muito importante para nós. E vamos, dentro em breve, continuar essas negociações. Ainda agora, teremos negociações lá em Quito. Vamos seguir adiante com essas negociações e já estamos organizando o pensamento brasileiro, com os nossos empresários, com os nossos técnicos, com os nossos negociadores, para que nós tenhamos a capacidade, porque não basta ter a vontade, é preciso ter a condição, a capacidade de, concretamente, dizer o que sim e o que não e dentro de que condições nós vamos avançando, nas zonas de um comércio mais franco, mais livre e mais aberto.

É com esse espírito que temos que encarar a Alca e não como, equivocadamente, alguns ainda pensam que é discutir soberania, anexação a não sei onde. Isso, francamente, um país que se dá ao respeito não devia nem cogitar em falar, porque soberania não se discute, não se discute esse tipo de questão, o que se discute é comércio, se discute a

área de acesso, o que se discute são interesses que são conflitantes. Mas conflito não quer dizer irresolução do conflito, quer dizer que há um problema e que nós temos que ver a maneira pela qual podemos buscar os mecanismos de aproximação.

Não é diferente o que nós fazemos com o Mercosul. Em nenhum momento, deixamos de prestar muita atenção à importância do Mercosul e à importância da negociação entre o Mercosul e a União Européia.

E nós sabemos, também, quão difícil é avançar nas negociações com a União Européia. E, nessa matéria, sejamos claros, não tem “bonzinho”, nem cá - espero que não - nem lá. Nós não podemos encarar essas questões em termos de generosidade, temos que encarar em termos de interesses e em termos de capacidade, em termos, também, da nossa condição efetiva de produção, de competitividade, de qualidade, para que possamos avançar.

Não é fácil, tampouco, com a União Européia. As discussões são infinitas, mas elas estão se realizando. E o Brasil tem tido sempre persistência, nessa matéria, sempre com esse espírito de fazer com que haja, efetivamente, uma coordenação nacional, englobando os setores produtivos, englobando a sociedade, no seu conjunto, o setor político e o setor de Governo, para que possamos avançar.

No âmbito regional, com os países andinos, e nos acordos bilaterais nós também temos avançado. Acabamos de realizar um acordo com o México, fizemos um acordo com o Chile, que são marcos significativos dessa busca de expansão de mercados para a nossa produção. Estamos também tratando de ver se finalizamos, ainda, se possível, até o fim do meu mandato, um acordo na direção do livre-comércio não só com os países andinos como com os países centro-americanos. Nós estamos avançando nessa direção, que é a boa direção.

Para não falar dos esforços que fizemos e estamos continuando a fazer na busca dos grandes mercados. Os grandes mercados, me refiro aqui não apenas a esses que já mencionei, Chile, México, etc., mas especificamente à Índia e à China. Nunca foi possível uma aproximação comercial realmente positiva com a Índia como a que agora começamos a ter. E, no que diz respeito à China, houve avanços consideráveis.

O Ministro Pratini de Moraes trouxe à minha presença o Ministro da Agricultura da China, o qual tinha prometido, e cumpriu, que iria modificar certas resoluções quanto aos problemas de sanidade animal para dar acesso ao mercado chinês da produção nacional. Estamos fazendo esforços grandes no sentido de que os aviões brasileiros possam participar também, quem sabe produzidos também em co-produção na China, mas estamos tratando de ver como abrimos crescentemente o mercado chinês aos nossos produtos. O Ministro Sérgio Amaral fez uma visita recente à China, assim como fez ao México e a outros países, e estamos, progressivamente, avançando nessa matéria.

É claro que, em todas essas negociações, a lógica é a do interesse nacional, sem preconceito e sem posição retórica, porque com preconceito e com posição retórica faz-se barulho, mas não se avança concretamente na direção do que é o interesse efetivo do povo brasileiro e da produção brasileira. Acho que temos que avançar sem medo de fantasmas, fazendo uma análise sempre fria, sempre pragmática e com a mesma pergunta de base: é bom para o Brasil ou é ruim para o Brasil? Se for bom para o Brasil, avançamos. Se for ruim para o Brasil, é o no start, não tem o começo, não se dá partida ao processo. Às vezes, o que é mais difícil, é parcialmente bom, parcialmente ruim. Nesses casos, temos que pesar com frieza os prós e os contras e chegar a uma conclusão com tranqüilidade. Acho que essas negociações não podem e não devem ser vistas como tentativas de dominação política, que estão fora de moda e fora de possibilidade para um país do porte do Brasil, da maturidade do Brasil, que vai saber fazer com que os seus interesses estejam sempre ali preservados.

Acho que, se nós negociarmos com essa consciência, teremos a capacidade de buscar uma distribuição adequada das vantagens, de tal maneira que, a longo prazo, possamos ganhar, quanto possível, todos. Acho que temos personalidade própria, temos história e temos densidade suficiente para evitar que esses medos limitem o avanço do setor exportador brasileiro. Estamos continuando a trabalhar nessa direção.

E quero dizer que, nessa matéria, temos buscado também uma convergência de esforços do Governo. Aqui, estão dois Ministros que se

empenham nas exportações. Estivesse presente o Ministro Celso Lafer, valeria para ele a mesma afirmação, a mesma constatação de que o Itamaraty também está empenhado nessa busca de alguma coisa que possa funcionar.

E não se trata apenas de uma busca retórica. Creio que, nesta manhã, o Ministro Sérgio Amaral já deve ter exposto aos senhores uma série de medidas bastante concretas. A verdade é que estamos transformando o nosso BNDES, cujo Presidente está aqui e assevera que sim, embora eu não tenha olhado para ele, que estamos transformando o nosso BNDES num poderoso Eximbank brasileiro. Na prática, o BNDES já tem, hoje, uma função muito expressiva na sustentação da exportação brasileira. Também estamos transformando o Proex Financiamento em uma linha de crédito destinada exclusivamente às médias e pequenas empresas e vamos manter o Proex também para a equalização das taxas de juros, além do fundo de aval do BNDES, que creio que isso é um passo importante para as médias e pequenas empresas. E o BNDES vai expandir o crédito para as grandes operações. Acho que, hoje, já uma parte significativa da carteira de empréstimos do BNDES está voltada para empresas exportadoras. Isso é positivo e isso vai continuar dessa maneira.

Acredito que essas questões são fundamentais para que possamos realmente, definitivamente, contar com mecanismos mais simples e mais constantes de apoio à exportação. Por outro lado, os senhores sabem que nós já avançamos também na desoneração do PIS/Cofins e em outros itens de outros tributos que pesam sobre os produtos exportados. Vamos continuar trabalhando.

Vejo, amiúde, também, declarações de amor à reforma tributária. Eu as ouço “desde pequenininho”. Tentamos e vamos continuar tentando. Aqui, o Doutor Armando Monteiro foi relator de uma matéria importante, que era a desoneração dos tributos em cascata no que diz respeito ao PIS. E ele sabe, melhor que ninguém, que não é uma questão de vontade política. A nossa vontade toda ela é posta em avançar na matéria. É que há conflitos de interesses. Então, na hora em que se vai com uma proposta já aparentemente consensuada para o Plenário do Con-

gresso, os interesses específicos aparecem - é normal, democracia é isso -, aparecem, e é preciso renegociar tudo.

Avançamos, de toda maneira. Fui obrigado a fazer uma medida provisória para poder dar algum passo nessa matéria, porque não foi possível aprovar a lei, tal com já havia sido preparada pelo relator, Deputado Armando Monteiro. E não foi possível aprovar a lei porque havia sempre os problemas dos setores produtivos que têm cadeias mais longas, os que têm cadeias mais curtas, o setor de serviços, o pessoal que é produtor rural direto e que não se conforma também com certos mecanismos. Enfim, política é isso. Não se trata de uma reunião entre pessoas de boa vontade, mas se trata de dirimir conflitos, que são legítimos, e cada um vendo do seu ângulo, que é fazer o máximo para o seu interesse, e o outro, também. E cabe ao poder político criar condições para, a despeito dos impactos que se criem, avançar aqui e ali. Mas não há como fazer uma reforma tributária repentina, até porque não há uma, há várias propostas de reforma tributária, que, quando se põem sobre a mesa, aparece imediatamente o dissenso. Não obstante, fomos, progressivamente, reformando o nosso sistema tributário. Não está completo, mas, pelo menos no que diz respeito à exportação, alguns passos importantes avançaram.

É claro que vamos precisar continuar também trabalhando na área dos mecanismos de promoção comercial. Isso é fundamental. O Itamaraty tem um papel importante nessa matéria, está se modernizando também nessa matéria. E acreditamos que haja campo para avanços ainda maiores.

Vejo que os governos futuros discutem o que fazer com comércio exterior. Não cabe a mim, como Presidente atual, opinar neste momento sobre isso ou aquilo. Quero apenas lembrar que não é matéria simples, que se resolva com uma penada, pelas razões que já mencionei aqui, e que, se não houver mecanismos de concertamento dentro do Governo, não avança. Daí por que criamos a Camex, que foi uma Câmara para permitir que o Governo negociasse internamente as decisões a serem tomadas, porque não existe mais, no mundo de hoje, a possibilidade de um comando verticalizado. É preciso que haja algo matricial e

que haja, ao mesmo tempo, em certos momentos, a verticalização da decisão e, em outro momento, uma tentativa, dentro do Governo, de um entendimento, de uma convergência entre áreas diferentes. E daí por que nós criamos a Camex, para permitir que isso pudesse avançar.

O fato é que, da mesma maneira, vai ser continuada a questão da promoção comercial. E é fundamental também ter muito presente o seguinte: a base de tudo é a competitividade crescente das nossas empresas. Sem competitividade, não existe o que fazer. O resto vem depois. Essa competitividade depende de condições gerais, que os governos devem propiciar ou ajudar a propiciar: desenvolvimento tecnológico, acesso à educação, medidas gerais que garantem. E depende da iniciativa dos empresários, na medida em que uns são capazes de absorver com mais velocidade que outros, avançar mais ou avançar menos. Isso tem ocorrido no Brasil, tem ocorrido.

Ouço, freqüentemente, referências a uma política industrial. É preciso evitar incompreensões sobre essa matéria. Nós temos uma política industrial. Nós precisamos de mais políticas industriais em áreas diversas, mas temos uma política industrial. Essa política industrial se faz através dos fóruns de competitividade, se faz através das análises das cadeias de produção, se faz através da necessidade eventual de medidas que desobstruam obstáculos que possam ocorrer numa ou noutra área. Mas essa política industrial não pode ser, como foi em outras épocas - e espero que ninguém deseje de novo -, simplesmente a escolha de vencedores, ou seja, o dedo político do Presidente da República, ou do poderoso que seja no seu sistema, de poder decidir que setor, que empresário, que empresa vai ganhar, porque isso tem como resultado uma ineficiência futura e um custo para a sociedade. Então, uma política industrial, sim, sob condição de que se entenda que têm que ser medidas de alcance geral e que não se pode confundir, embora legítimos, os interesses de um pedacinho com os interesses do conjunto. E, havendo contradição, é preciso decidir em função do interesse do conjunto, não se pode decidir em função do interesse imediato sem se considerar o interesse de médio prazo e tem que se decidir em função desses interesses de mais médio prazo.

De forma que acho que vamos, com esse espírito, continuar avançando. Sempre fui confiante, e continuo sendo, na recuperação da economia do nosso principal parceiro aqui do Mercosul, que é a economia argentina. É muito importante isso para nós, porque permite que haja um impacto mais positivo no nosso processo de avanço. O fato é que vamos, possivelmente, assistir, nos próximos meses, a uma reintensificação do comércio com a Argentina, até pelas medidas do CCR que foram anunciadas aqui pelo Ministro Sérgio Amaral, que, por enquanto, se definiram em função do comércio com a Argentina, mas que nós vamos nos definir em função do conjunto do comércio com a nossa região e com os países da Aladi, porque é importante ter um mecanismo do tipo do CCR, embora adaptado às circunstâncias atuais, nas quais se verificou que os bancos centrais - e não só o nosso - não querem correr o risco comercial. Mas o Tesouro está aí para isso. É buscar mecanismos, através do BNDES, que permitam uma flexibilização. E já determinei que isso avançasse. Isso há de avançar, queiram ou não queiram, porque é necessário para que tenhamos uma maior capacidade de comerciar.

Devo dizer também que os resultados a que estamos assistindo agora na nossa balança comercial são consequência de que está havendo um forte processo, como já está sendo reconhecido, de substituição de importações. Por exemplo, na questão das partes dos telefones celulares, caiu 24%, neste último ano, a necessidade de importação, porque houve substituição de importações e a exportação dos aparelhos subiu 7%. Então, isso já está ocorrendo. Leva algum tempo para que se materialize de uma maneira visível o que já está ocorrendo, mas já há um processo de substituição de importações.

Essa mistura entre uma abertura maior do mundo, uma abertura maior nossa e, simultaneamente, medidas dentro desse espírito moderno de uma política industrial que permita uma substituição de importações, é isso que faz com que possamos verificar que estamos efetivamente avançando nesse setor.

Queria apenas, para retomar o que disse no início, que nós, hoje, já temos um superávit da balança comercial de cerca de 10 bilhões nos

últimos 12 meses. Se só no setor alimentar, como disse o Presidente da Abia, aqui, vamos ter cerca de 10 bilhões líquidos - claro que há outros que têm mais importação -, mas, no conjunto, são uns 10 bilhões. E alguns já estão fazendo cálculos para que, no ano que vem, possamos ter - já ouvi falar que tem 20 bilhões, no que, pessoalmente, sem nenhuma informação adicional, considero um exagero -, mas uns 15 bilhões de dólares. Estamos assistindo a uma diminuição imensa do que se chamava a nossa vulnerabilidade externa, por que continuar com essa cantilena? Por que continuar a ter medo de o Brasil participar ativamente do processo de transformação da economia global? Por que imaginar que essa abertura de mercado - de lá e de cá - terá como consequência a asfixia da economia brasileira?

A chamada brecha que existe nos pagamentos globais do Brasil caiu para 12 bilhões. É isso? Entre 12 e 13 bilhões. Em 1999, eram 33 bilhões. A mudança que aconteceu neste país, nesses últimos quatro anos, foi total, em matéria de sua inserção soberana, mais positiva, no comércio internacional e no sistema produtivo, que é globalizado. O investimento estrangeiro direto, neste ano - ano ruim -, o último cálculo, que foi pessimista, do Boletim Focus, do BNDES, é de 14 a 15 bilhões. Ou seja, mais alto que o déficit das contas correntes.

Então, de onde inventaram - e lá fora repercute - essa idéia de que "aí, temos um estrangulamento da economia brasileira, que vai impedir..." Não. Tomamos já as medidas e as medidas já estão tendo efeitos. É que, quando as medidas são tomadas, não têm efeito no mês seguinte, têm efeito no ano seguinte ou nos anos seguintes. As projeções para o ano que vem, nessa matéria, são melhores ainda. Cai mais ainda o balanço de contas geral para cerca de 6, 7 bilhões e as exportações aumentam. Então, por que ter pessimismo quanto à capacidade do Brasil de avançar num mundo que está num momento de dificuldades enormes? Este país conseguiu, graças ao trabalho dos seus empresários, dos seus trabalhadores, das suas instituições políticas, do conjunto da Nação, fortalecer-se de tal maneira que passou por cinco crises internacionais, de 95 para cá, e em nenhum ano houve crescimento negativo. Não foi o crescimento que nós queríamos, mas nenhum ano de cresci-

mento negativo. E, quando se acumula, do Plano Real para cá, a economia brasileira cresceu 30%. Porque, quando se vê no longo prazo, não havendo crescimento negativo, porque num ano cresceu 5, no outro perdeu 7, não vale a pena. Melhor crescer 3, 3, 3 ou, melhor ainda, 5, 5, 5 ou o que seja, mas que seja continuado. Com todo o mundo adverso, a sociedade brasileira foi capaz de suportar crises de todo tipo e de fortalecer o seu sistema financeiro, de continuar avançando na modificação do sistema produtivo, de aumentar a sua produtividade, de não perder o rumo e de agüentar todas essas crises sem provocar uma desorganização na produção e - o que seria mais grave - na sociedade e nas instituições políticas.

Prova maior não pode haver que a liberdade com que estamos levando adiante esse processo eleitoral e a tranqüilidade com que estamos assistindo ao que pode vir a ser uma mudança bastante forte. Será que vai ser? Talvez até nem seja tão forte assim, tal força têm as mudanças que nós fizemos no nosso país, porque fica difícil, depois, quando se assumir, se alguém assumir completamente contrário à cadeira presidencial, de cumprir aquilo que disse que faria ou de ser conseqüente com as críticas que tem feito, porque a realidade vai se impor. E a realidade não é a de um governo, é de uma sociedade que avançou, que amadureceu, que tem condições de prosperidade, que tem consciência da sua força, da sua capacidade de avançar. Esse mito de que nós estávamos - e ainda estaríamos - incentivando, de novo, a vulnerabilidade externa não condiz com os números que estão sendo publicados. E, se se repetem esses mitos, nós vamos, lá fora, criar condições de instabilidade no mercado para o Brasil, sem necessidade, no que diz respeito à questão da inserção do Brasil no fluxo internacional de capitais. Acho que precisamos começar a rever uma série de lugares-comuns que se repetem com muita insistência. E, quando se vão verificar os números, embora não seja a maravilha que queríamos, não são, de longe, o caos que outros imaginam que seja.

Termino repetindo o que tenho dito há algum tempo aqui. Primeiro, acho que os senhores, realmente, trabalham num setor fundamental, pelas razões que não preciso aduzir outra vez. Segundo, que é preciso

reiterar - e, como Presidente, o faço - a mensagem de confiança no País e de confiança na sua população, nos seus trabalhadores, nos seus produtores e nos homens de Estado. Acho que temos de aumentar a nossa participação no comércio internacional, temos condições para isso. Não temos que ter medo da chamada globalização. Ela existe; não foi definida por nós, mas não temos que ter medo. Temos que ter competência para nos inserirmos o mais soberanamente possível nesse processo, resguardando sempre o interesse do País e do nosso povo, porque isso é que é nacionalismo nos dias de hoje e não simplesmente uma fuga, uma volta para trás, uma opção pelo passado, que simplesmente não tem caminho, porque o passado passou. Temos é que ter condições de, vivendo o presente, olhar para o futuro e avançar com muita força, garantindo a estabilidade da economia, porque isso é peça fundamental para que possamos ter os avanços necessários, mantendo a mentalidade de responsabilidade fiscal, que criou, junto com a estabilidade da economia, uma confiança nos investidores, uma segurança e, mais do que nos investidores, em nós próprios, da nossa capacidade, como brasileiros, de avançar.

É a partir dessa base que o Brasil pode crescer. Não tenho dúvida nenhuma de que vamos continuar por um caminho autoconfiante. Independentemente das decisões que estão sendo tomadas, acho que a sociedade tem força para levar adiante os seus objetivos.

Queria, simplesmente, como disse, terminar reiterando o que venho dizendo há algum tempo, e me permitam, os que já me ouviram dizer, repetir aqui: lá pelos anos 50 e 60 - uns poucos aqui nos lembramos dessa época; em 50, eu já participava de seminários, internacionais alguns; era jovem, mas participava - pois bem, havia uma obsessão: todos os economistas, os sociólogos - cientista político não existia na época, é uma espécie recente -, mas sociólogos, economistas e tal, nós vivíamos sempre atormentados por um tema - todo o seminário era sobre isso: os obstáculos ao crescimento, obstáculos ao desenvolvimento. Isso era a paixão latino-americana. Não havia uma reunião onde não houvesse o tema dos obstáculos ao desenvolvimento, dos obstáculos ao crescimento. E tudo era para mostrar que estávamos fora do mundo, éramos

subdesenvolvidos, continuariam subdesenvolvidos, a não ser que... E, aí, qualquer visão messiânica propõe um mundo maravilhoso, todos iguais em que se pegue dos ricos e se dê para os pobres, os países centrais passam para cá a riqueza, a riqueza aqui se distribui. O talento, meu Deus, vai ser também distribuído, depende um pouco mais de Deus. Não sei se ele estava disposto a distribuir igualmente para todos, mas nós queríamos que distribuisse. Queríamos, porque era necessário, era natural, tanta diferença que havia, como ainda há, busca-se uma solução. E se viam só obstáculos. Até que houve um economista chamado Albert Hirschmann, que é um grande economista político, hoje, de Princeton - naquele tempo, ele estava na Columbia, depois, em Harvard - que escreveu um ensaio que me tocou profundamente, já naquela época. O ensaio, não me lembro se era nos fins dos anos 60, começo dos 70, por aí. Nós ainda estávamos com os nossos obstáculos. Ele escreveu um ensaio cujo título era o seguinte, Os obstáculos a enxergar o desenvolvimento, obstáculos a ver que está havendo desenvolvimento. E ele se referia, basicamente, à Colômbia, onde ele tinha uma experiência grande, mas a temática era latino-americana, onde as pessoas não viam o desenvolvimento.

Durante muito tempo, foi difícil fazer com que aqui, nos meios acadêmicos - eu vivia nos meios acadêmicos -, se entendesse que havia desenvolvimento. Na década de 70, ousei dizer nos círculos acadêmicos - eu tinha vindo do exílio, era contra o regime autoritário, tinha sofrido perda de cátedra, todas essas questões -, eu disse: "Olhem, o Brasil está crescendo". Meu Deus, para quê? Fui a uma conferência no México e disse isso; um colega meu, a quem prezava muito, disse: "Ah, já está apoiando o regime militar", porque eu estava dizendo o óbvio, que estava havendo crescimento da economia brasileira. E a percepção era a de que não, que estávamos indo para o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Esse era o tema, aí, sim, aí era aplauso, meu Deus do céu. Desenvolvimento e subdesenvolvimento foram invenção também de um outro grande amigo meu, um alemão, Gunder Frank, que escreveu um livro, Desenvolvimento do subdesenvolvimento. Isso nos deleitava. Nós vivíamos felizes, porque o pessimismo dominava: "Não tem desen-

volvimento nenhum. Vamos continuar sendo subdesenvolvidos. E a culpa é deles.”

Bom, agora, por favor, estamos já num novo século. Nós tivemos muito trabalho nesses 40 anos. O Brasil mudou muito. Não só o Brasil, mas mudamos muito, temos uma mentalidade mais aberta. Não vamos nos iludir, outra vez, não vendo o que está acontecendo e imaginando que estamos indo para o buraco, para o caos, para a tragédia, para a impossibilidade de fazer qualquer coisa, para uma dominação que vai nos sufocar. Tem uma dominação, sim. Tenta sufocar, muitas vezes; às vezes, até consegue. Mas também temos nossas forças e temos que valorizar mais o que é nosso, e valorizar mais o que é nosso começa por entender melhor os processos. Não há nada mais triste do que as pessoas não entenderem o que está acontecendo. Às vezes, são pessoas boas, cheias de boa vontade. Às vezes, têm até talento, boas intenções, mas não estão entendendo, porque os paradigmas mudaram. E, quando os paradigmas mudam, há um corte cultural-civilizatório, as pessoas não percebem que têm que fazer uma transformação grande no modo de ver as coisas, vão ver tudo cada vez pior, e não necessariamente é o que está acontecendo.

Acho que, pelo menos, tento fazer com que, aos 70 anos, mantenha uma certa vivacidade de espírito e possa captar o que é novo e possa não ficar com medo do que é novo, senão com medo de envelhecer mentalmente. Como o brasileiro é um povo novo, não vai querer ficar com medo do que é novo e, portanto, vai continuar acreditando no Brasil. E vamos vencer, vença quem vencer.

Muito obrigado.